



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638474 - MG (2021/0000944-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : TITO RIBEIRO MARQUES FILHO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANSELMO DA SILVA MENDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANSELMO DA SILVA MENDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.567082-1/000).

O paciente foi preso em 31/8/2020, pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 147 e 129, § 9º, do Código Penal e art. 24-A da Lei n. 11.340/2006.

O impetrante sustenta que foi decretada a prisão preventiva do paciente um ano após a suposta prática dos delitos a ele imputados. Aduz inexistir fundamentação idônea a justificar a manutenção da custódia, sobretudo porque não mais se fazem presentes os pressupostos que poderiam justificar a adoção da medida extrema.

Requer, liminarmente e em definitivo, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “[e]mbora a soma da pena máxima cominada aos crimes de ameaça e lesão corporal seja inferior a 4 anos, o art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal é expresso ao dispor que será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de

urgência” (AgRg no HC n. 575.873/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 27/5/2020). Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente